

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

LEI N° 2.184, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

CRIA AUXÍLIO VIAGEM PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DOS CARGOS DE ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, MOTORISTA DE VEÍCULO ESPECIAL E AMBULÂNCIA, E, MÉDICO, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE REALIZAM TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o auxílio viagem para os servidores públicos ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Motorista de Veículo Especial e Ambulância, e, Médico, lotados na Secretaria Municipal de Saúde que realizam transporte sanitário de pacientes para outros municípios.

§ 1º O valor do auxílio viagem descrito no caput deste artigo será pago considerando somente o trecho de ida, ou seja, a distância entre o Município de Campos de Júlio e Município de destino, nas importâncias descritas na tabela abaixo:

CARGOS DE ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E MOTORISTA	
DE VEÍCULO ESPECIAL E AMBULÂNCIA	
QUILOMETRAGEM ATÉ O	VALOR DO AUXÍLIO POR VIAGEM
DESTINO	
De 100 a 200 quilômetros	R\$ 100,00
De 201 a 300 quilômetros	R\$ 200,00
De 301 a 560 quilômetros	R\$ 300,00
Acima de 561 quilômetros	R\$ 400,00
CARGOS DE MÉDICO	
QUILOMETRAGEM ATÉ O	VALOR DO AUXÍLIO POR VIAGEM
DESTINO	
De 201 a 300 quilômetros	R\$ 1.000,00
De 301 a 560 quilômetros	R\$ 1.700,00
Acima de 561 quilômetros	R\$ 2.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

§ 2º Fica estabelecido que não haverá concessão de auxílio viagem de deslocamentos para as cidades de Sapezal-MT e Comodoro-MT, independentemente da finalidade da viagem.

§ 3º O percurso que envolve o deslocamento dos servidores públicos ocupantes dos cargos de Enfermagem, Técnicos em Enfermagem e Motoristas de Veículo Especial e Ambulância para o destino da Cidade de Pontes e Lacerda-MT é atribuído o valor do auxílio de R\$ 200,00 (duzentos reais), caso seja necessário o prosseguimento da viagem para a cidade de Cáceres-MT, o valor do auxílio será reajustado para R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Aos servidores públicos ocupantes dos cargos de Médicos, o auxílio viagem para o destino da cidade de Pontes e Lacerda-MT será no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), caso seja necessário o prosseguimento da viagem para a cidade de Cáceres-MT, o valor do auxílio será reajustado para R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 4° As viagens eletivas com pernoites, serão regidas pela Lei Municipal nº 656, de 01 de dezembro de 2014.

§ 5º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, visando atender a presente Lei, a elaboração das escalas de trabalho das equipes dos profissionais que farão jus ao presente auxílio.

§ 6º O pagamento do auxílio viagem de que trata o caput deste artigo será realizado mediante apuração do quantitativo de viagens realizadas, e pago na folha de pagamento no mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Art. 2º Os pagamentos decorrentes dos serviços prestados pelos profissionais de que trata o artigo 1º desta Lei, que pertencerem ao quadro de servidores deste Município, serão empenhados por intermédio do elemento de despesa 94-Indenizações e Restituições Trabalhistas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Art. 3º Os valores pagos com base no disposto desta lei não integrarão os vencimentos dos servidores para efeito de cálculos de adicionais ou vantagens de qualquer natureza, do 13º (Décimo Terceiro) salário e exclui o direito ao recebimento de horas extraordinárias e diárias dispostas na Lei nº 656/2014, com exceção do § 4º do art. 1º.

Art. 4º Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 5º Os valores fixados por esta Lei poderão ser revistos pelo Poder Executivo Municipal, observando como o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no período.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 06 de fevereiro de 2025.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI Prefeito de Campos de Júlio/MT

CAMPOS DE JÚLIO Semeando Desenvolvimento racterística do produto e devidamente acondicionado em embalagem plástica de 2 LT.

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT/ CONTRATANTE, e a empresa N CARRER LTDA /CNPJ.:33.105.231/0001-19/CONTRATADA.

Elaine T. Moura-Fiscal de Contratos.

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

LEI N° 2.183, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO CENTRO MUNI-CIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DENOMINADO PROFESSORA NEU-ZA GOUVÊA MOLEIRO, CONFORME LEI Nº 1.776, DE 5 DE SETEM-BRO DE 2023, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, E DÁ OU-TRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

- **Art. 1º** Fica oficialmente criada e regularizada a Unidade Escolar Centro Municipal de Educação Infantil denominada "Professora Neuza Gouvêa Moleiro" por força da Lei Municipal nº 1.776, de 5 de setembro de 2023, situada na Avenida Governador Júlio Campos, quadra 1, lote 2, nº 377-E, Bairro Vila Nova, no município de Campos de Júlio MT.
- § 1º A unidade escolar mencionada no artigo primeiro, iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2024, com a finalidade de ofertar educação infantil em conformidade com a legislação vigente, atendendo crianças na faixa etária correspondente à primeira etapa da educação básica.
- Art. 2º O Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Neuza Gouvêa Moleiro" será mantido e administrado pela Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que ficará responsável por sua gestão, recursos humanos e infraestrutura necessária ao funcionamento da unidade.
- Art. 3º O Poder Executivo Municipal providenciará os trâmites administrativos necessários para o registro e credenciamento da unidade escolar junto ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE-MT), nos termos da Resolução Normativa nº 001/2022-CEE-MT, garantindo a regularização e reconhecimento oficial da instituição de ensino.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, suplementadas se necessário.
- **Art. 5º** Ficam mantidas as disposições da Lei Municipal nº 1.776, de 5 de setembro de 2023, que denomina a unidade escolar Centro Municipal

de Educação Infantil "Professora Neuza Gouvêa Moleiro", em justa homenagem à sua contribuição para a educação no município.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 06 de fevereiro de 2025.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI N° 2.184, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

CRIA AUXÍLIO VIAGEM PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPAN-TES DOS CARGOS DE ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, MOTORISTA DE VEÍCULO ESPECIAL E AMBULÂNCIA, E, MÉDICO, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE REALIZAM TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPI-OS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber

que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

- Art. 1º Fica criado o auxílio viagem para os servidores públicos ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Motorista de Veículo Especial e Ambulância, e, Médico, lotados na Secretaria Municipal de Saúde que realizam transporte sanitário de pacientes para outros municípios.
- § 1º O valor do auxílio viagem descrito no caput deste artigo será pago considerando somente o trecho de ida, ou seja, a distância entre o Município de Campos de Júlio e Município de destino, nas importâncias descritas na tabela abaixo:

CARGOS DE ENFERMEIRO, TÉCNICO VEÍCULO ESPECIAL E AMBULÂNCIA	
QUILOMETRAGEM ATÉ O DESTINO	VALOR DO AUXÍLIO POR VIAGEM
De 100 a 200 quilômetros	R\$ 100,00
De 201 a 300 quilômetros	R\$ 200,00
De 301 a 560 quilômetros	R\$ 300,00
Acima de 561 quilômetros	R\$ 400,00
CARGOS DE MÉDICO	
QUILOMETRAGEM ATÉ O DESTINO	VALOR DO AUXÍLIO POR VIAGEM
De 201 a 300 quilômetros	R\$ 1.000,00
De 301 a 560 quilômetros	R\$ 1.700,00
Acima de 561 quilômetros	R\$ 2.000,00

- § 2ºFica estabelecido que não haverá concessão de auxílio viagem de deslocamentos para as cidades de Sapezal-MT e Comodoro-MT, independentemente da finalidade da viagem.
- § 3º O percurso que envolve o deslocamento dos servidores públicos ocupantes dos cargos de Enfermagem, Técnicos em Enfermagem e Motoristas de Veículo Especial e Ambulância para o destino da Cidade de Pontes e Lacerda-MT é atribuído o valor do auxílio de R\$ 200,00 (duzentos reais), caso seja necessário o prosseguimento da viagem para a cidade de Cáceres-MT, o valor do auxílio será reajustado para R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Aos servidores públicos ocupantes dos cargos de Médicos, o auxílio viagem para o destino da cidade de Pontes e Lacerda-MT será no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), caso seja necessário o prosseguimento da viagem para a cidade de Cáceres-MT, o valor do auxílio será reajustado para R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
- \S 4° As viagens eletivas com pernoites, serão regidas pela Lei Municipal nº 656, de 01 de dezembro de 2014.
- § 5º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, visando atender a presente Lei, a elaboração das escalas de trabalho das equipes dos profissionais que farão jus ao presente auxílio.
- § 6º O pagamento do auxílio viagem de que trata o caput deste artigo será realizado mediante apuração do quantitativo de viagens realizadas, e pago na folha de pagamento no mês subsequente ao da prestação dos servi-
- Art. 2º Os pagamentos decorrentes dos serviços prestados pelos profissionais de que trata o artigo 1º desta Lei, que pertencerem ao quadro de servidores deste Município, serão empenhados por intermédio do elemento de despesa 94- Indenizações e Restituições Trabalhistas.
- **Art. 3º**Os valores pagos com base no disposto desta lei não integrarão os vencimentos dos servidores para efeito de cálculos de adicionais ou vantagens de qualquer natureza, do 13º (Décimo Terceiro) salário e exclui o direito ao recebimento de horas extraordinárias e diárias dispostas na Lei nº 656/2014, com exceção do § 4º do art. 1º.
- **Art. 4º** Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.
- **Art. 5º** Os valores fixados por esta Lei poderão ser revistos pelo Poder Executivo Municipal, observando como o índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC no período.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 06 de fevereiro de 2025.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO DECRETO N. 001 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

DECRETO N. 001 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

DELEGA A COMPETENCIA DE ORDENADOR DE DEPESAS E GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL MDE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, TURISMO E CULTURA DE CANABRAVA DO NORTE E DO FUNDO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PRO-VIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e, CONSIDERANDO: o art.69, §5°, da Lei n° 9. 394/1996, que dispõe que a gestão dos recursos destinados à Educação compete às Secretarias de Educação

ou órgão equivalente;

CONSIDERANDO: o art. 2º da Portaria Conjunta nº 02/2018 STN/FNDE que dispõe que "As contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinadas à movimentação dos recursos do Fundo, serão abertas e mantidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal a critério do Secretário de Educação ou do dirigente de órgão equivalente gestor dos recursos a respectiva esfera governamental. ou destes em conjunto com o Chefe do Poder Executivo. mediante formalização à instituição financeira escolhida, que ficará responsável pelos seguintes procedimentos"

CONSIDERANDO: Lei n295/2007 de 05 de março de 2007," Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB.de natureza contábil, bem como do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo De Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. E dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1" fica delegada a gestão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação básica FUNDEB a Sra. **JOSIMEIRE DE SOUZA RAMOS RESENDE**, inscrito no CPF 004.763.191-02, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação, em conjunto com o Prefeito Municipal.

Art. 2°. O ordenador de despesas que trata o artigo 1° será responsável por assinar as autorizações de empenhos e ordens de pagamento, em conjunto com o Prefeito Municipal.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 01/01/2025, revogando- se as disposições em contrário em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte-MT, em 07 de fevereiro de 2025.

NEUILSON DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO ATO DE DESIGNAÇÃO 02/2025SMASH

ATO DE DESIGNAÇÃO 02/2025SMASH

Canabrava do Norte-MT 07 de fevereiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSINHA LIMA DOS SANTOS SILVA, Secretária municipal de Assistência Social e Habitação, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar a Servidora Pública Municipal Gleudina Lima dos Santos, matrícula funcional nº 285 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº .***.818.721-**, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo fornecedor P.DE JESUS PEREIRA COMERCIO LTDA inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica-CNPJ: sob o nº. 44.587.204/0001-46, que tem por objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal Vanessa Lucas Pereira Santos, matrícula funcional nº 1840 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº ***.809.591-**, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo fornecedor P.DE JESUS PEREIRA COMERCIO LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica-CNPJ: sob o nº. 44.587.204/0001-46, que tem por objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 08/03/2025.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ROSINHA LIMA DOS SANTOS SILVA

SEC. MUNI. ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

PORTARIA: 013/2025

LICITAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO CPL 010/2024

O presente termo de apostilamento tem por finalidade a transferência de parte do saldo da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Contrato CPL 010/2024 em razão da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

SAMAYRA DA SILVA FERRO

Agente de Contratação

Portaria 027/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DE CONTRATOS 006/2025 Á EXTRATO DE CONTRATOS 014/2025

EXTRATO DE CONTRATOS 006/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025 Data: 22/01/2025

Vigência: 22/01/2026

Contratado: CONTAGIE SISTEMA DE APRENDIZAGEM

Objeto: Adesão e implantação do sistema de aprendizagem contagie que compreende a aquisição de materiais didáticos e serviços em atendimento as necessidades da secretaria municipal de educação e cultura.